“A América Latina é portadora de uma esperança que não existe em nenhum outro lugar do mundo hoje”

16/10/2013



Por Marco Aurélio Weissheimer, na Carta Maior

O neoliberalismo segue aprofundando seu poder no mundo. Só na América do Sul a direção adotada tem sido a contrária, com maior ênfase no papel do Estado e no controle público e menos nas privatizações. A América Latina está no contrafluxo, sendo portadora de uma esperança que não existe em nenhum outro lugar do mundo hoje. E esse processo traz uma novidade importante. A maior nação do continente, o Brasil, não está na retaguarda como estava em 1820, mas sim na linha de frente. O Brasil foi o primeiro país latino-americano a cancelar uma viagem aos EUA, que costuma ser um tradicional exercício de humildade para os governos da região. Tudo isso ainda é uma obra em andamento, concluiu, mas é um processo no contrafluxo da ideologia mundial dominante que representa uma esperança para outros lugares do mundo.

A avaliação é do historiador marxista britânico, Perry Anderson, que esteve em Porto Alegre, na última segunda-feira (14), para uma conferência no evento Fronteiras do Pensamento. De 1815 a 2013: a América Latina e o concerto político das nações. Esse foi o tema abordado pelo historiador na conferência proferida no Salão de Atos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Perry Anderson partiu de uma sugestão básica: a coisa mais próxima do sistema internacional de estados que vemos no início do século 21 é a ordem política estabelecida na Europa, na primeira metade do século 19, com o Congresso de Viena, conferência entre embaixadores das grandes potências europeias de então, realizada entre 1814 e 1815, com o objetivo de redesenhar o mapa político do continente após a derrota de Napoleão. Essa conferência, assinalou o historiador, resultou em um novo concerto político entre as nações europeias que se estendeu até por volta de 1853, quando eclodiu a Guerra da Crimeia. Esse concerto instituiu uma frente política entre as cinco grandes potências da época – Inglaterra, Rússia, Prússia, Áustria e França – cujos objetivos principais eram evitar o surgimento de levantes revolucionários e de novas guerras no território europeu.

Os governos dessas potências formaram uma pentarquia com o objetivo de preservar a paz no continente e, é claro, defender seus interesses políticos e econômicos. Assim como ocorre em nossos dias, como nos casos do Iraque e do Afeganistão, os integrantes da pentarquia do Congresso de Viena enfrentaram tentativas de sublevações no território europeu. Essas tentativas vieram, indicou Perry Anderson, e foram reprimidas na Itália, na Espanha e na Hungria, por tropas da Áustria, da França e da Rússia, respectivamente. Estabeleceu-

se uma forma de equilíbrio, uma coordenação estabilizadora, que a Europa até então não conhecia. Durante cerca de quarenta anos, até a Guerra da Crimeia, não houve qualquer guerra importante na Europa e nenhuma sublevação.

Esse período costuma ser apontado por historiadores como um avanço civilizatório, assinalou ainda Perry Anderson. Desde o Renascimento a Europa não conhecera um período de paz tão prolongado. Os países que compunham a pentarquia tinham, é certo, importantes diferenças entre si. A Rússia czarista estava numa categoria a parte, pois ainda era uma monarquia feudal. A Grã-Bretanha, por sua vez, era a única potência capitalista avançada. Esses dois países eram as duas potências militares da época: a Grã-Bretanha possuindo o maior poder naval, e a Rússia o maior poder terrestre. Esses dois poderes hegemônicos, destacou o historiador, expandiram seus impérios, enquanto os demais disputaram franjas na periferia (a França, na Argélia e na Indochina, por exemplo, os Estados Unidos no México e outros países europeus na África, especialmente).

O que vai acabar destruindo a paz de Viena são conflitos na periferia desses impérios, como ocorreu com o barril de pólvora dos Balcãs que detonou a Primeira Grande Guerra Mundial. A partir daí, instala-se um período de anarquia competitiva entre as grandes potências que resultará em duas sangrentas guerras mundiais, como se sabe. Depois, entre 1945 e 1989, o sistema político internacional será regido pela Guerra Fria, com dois blocos opostos disputando influência no mundo. Esse período chegará ao fim em 1991, com a desaparição da União Soviética. Hoje, destacou Perry Anderson, vivemos outra metamorfose do sistema político internacional com o surgimento de uma espécie de nova pentarquia, constituída por Estados Unidos, União Europeia, Rússia China e Índia. O historiador apontou as particularidades desses novos candidatos a donos do mundo:

A União Europeia comanda o maior PIB do planeta, mas segue sendo uma confederação incompleta de Estados. A Rússia, embora bem menor que a União Soviética, ainda possui a maior massa de terras do mundo e o segundo arsenal nuclear. A Índia, em breve, será o país mais populoso do mundo e também é uma potência nuclear. Os Estados Unidos são o maior poder econômico, financeiro, tecnológico e militar. E a China é um regime comunista que preside a economia mais dinâmica do pós-guerra.

Na avaliação de Perry Anderson, estamos vivendo um lento processo de cristalização de um consenso entre essas nações. Um consenso baseado em algo mais prosaico, do que ocorreu no Congresso de Viena, mas, por outro lado, mais complexo. O perigo maior não é a ameaça da guerra, mas sim a interdependência econômica que prende essas nações em um abraço mútuo. “As principais ameaças para a estabilidade vêm da possibilidade de desordem econômica. É por isso que algo equivalente ao que foi feito no Congresso de Viena, foi criado por meios dos fóruns do G4, G7 e G20”, observou o historiador.

O risco maior para a estabilidade política internacional hoje, enfatizou, é o estouro de crises financeiras como a que ocorreu em 2008. “O início do século 21 está muito distante do universo polarizado do pós-guerra. A globalização unificou os interesses objetivos subjacentes desses países e a legitimidade interna dessas grandes potências depende da manutenção do crescimento econômico. O temor comum de todas elas é o de um colapso desse crescimento”.

E a América Latina o que tem a ver com tudo isso? Perry Anderson estabeleceu um paralelo entre os movimentos de independência e de libertação colonial que ocorreram no continente latino-americano quando o sistema político europeu era regido pelo Congresso de Viena e o recente ciclo de governos progressistas na região que caminham na contramão da ortodoxia neoliberal que domina a economia mundial. Quando a contrarrevolução triunfou na Europa, com o Congresso de Viena, a América Latina viveu um momento de emancipação. Um dos fatores que contribuiu para isso, no âmbito da política europeia, foi o enfraquecimento da Espanha que era objeto de preocupação por parte da pentarquia. Em 1823, exemplificou o historiador, uma revolução liberal na Espanha foi esmagada pela França. E será a Grã-Bretanha que ditará as condições e os termos da independência brasileira.

Com o colapso do sistema do Congresso de Viena, a América Latina ganhou espaço para respirar e se reavivar politicamente. A primeira grande revolução do século XX, lembrou Anderson, ocorreu no México. “Os Estados Unidos estavam muito preocupados com a Primeira Guerra Mundial e a situação de anarquia internacional”. Seguiram-se outros processos revolucionários em países como Nicarágua, El Salvador, Cuba, Bolívia, Chile, Peru e Venezuela, entre outros. Onda após onda, as revoltas populares marcaram a América Latina no século 20. No último quarto do século, houve uma guinada neoliberal em praticamente todo o continente. Pela primeira vez, destacou o historiador, o continente estava alinhado com a ideologia dominante do capitalismo global.

No século 21, isso mudará abruptamente com o surgimento de governos de esquerda e progressistas na Venezuela, Brasil, Argentina, Uruguai, Bolívia, Equador, Peru e Chile. “Raramente essas experiências se articulavam como ocorreu no início deste século”, apontou. Nenhuma dessas experiências é igual, reconheceu Perry Anderson, mas elas apresentam um fato comum. “Com todas as restrições e ressalvas necessárias, há um fato que é expressivo. O neoliberalismo segue aprofundando seu poder no mundo. Só na América do Sul a direção adotada tem sido a contrária, com maior ênfase no papel do Estado e no controle público e menos nas privatizações. Esse é um panorama similar ao que tivemos no século 19. Com as guerras no Iraque e no Afeganistão, os Estados Unidos deixaram a região um pouco de lado. A América Latina está no contrafluxo, sendo portadora de uma esperança que não existe em nenhum outro lugar do mundo hoje”.

E uma novidade importante desse processo, disse ainda Anderson, é que a maior nação do continente, o Brasil, não está na retaguarda como em 1820, mas sim na linha de frente. “O Brasil não faz parte da pentarquia (“por não ter armas nucleares e estar muito longe da Eurásia, entre outras razões”, mas em vez disso, oferece ao mundo um novo horizonte de reformas sociais”. Falando sobre o recente episódio da espionagem praticada pela Agência Nacional de Segurança dos EUA contra o governo e empresas do Brasil, Perry Anderson destacou a reação da presidenta Dilma Rousseff: “Foi o primeiro país latino-americano a cancelar uma viagem aos EUA, que costuma ser um tradicional exercício de humildade para os governos da região”. Tudo isso ainda é uma obra em andamento, concluiu, mas é “um processo no contrafluxo da ideologia mundial dominante que representa uma esperança para outros lugares do mundo”.

Compartilhe nas redes: